



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3971

Presidente da Mesa Diretora: João Hamilton Silveira

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Modifica e revoga leis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 20/12/1994

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 74/94. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 1.442, de 19/12/1983, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Montes Claros; revoga as Leis nº 2.000/1991 e nº 2.002/1991. (Referente à Lei nº 2.240, de 28/12/1994).

Controle Interno – Caixa: 16

Posição: 68

Número de folhas: 09

Espécie: PL
Categoria: Medizica
Cl: 16
Ordem: 68
nº fls: 06



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

74/94

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Altera disposições do Código Tributário Municipal

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 20.12.94
- 2 Aprovado em única discussão em 27.12.94
- 3 A sanção em 27.12.94
- 4 Arquive-se
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____

Caixa



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211

- 39.401.002 -

Montes Claros - MG



PROJETO DE LEI Nº.....

Altera disposições do Código Tributário do Município de Montes Claros (Lei 1442, de 19 de dezembro de 1983 e legislação posterior) e dá outras providências.

Art. 1º - O artigo 4º do Código Tributário deste Município de Montes Claros (Lei 1442/83, alterada pela Lei 1554/85), fica acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 4º-.....

I-.....

II-.....

III-.....

IV-.....

V-.....

Parágrafo único: Entende-se também por zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinadas à habitação, à indústria, ou ao comércio, mesmo que localizados fora da região urbanística;

Art. 2º - O art. 17 e seus incisos da Lei 1442/83, alterada pela Lei 1554/85 e seus incisos, passam a ter a seguinte redação:

Art. 17 - Sobre o valor venal de imóvel, situado na zona imobiliária, dotada dos melhoramentos indicados no art. 4º, serão aplicadas as seguintes alíquotas:

I-Imóveis edificadas:

a)residencial.....0,5%

b)não residencial.....1,0%

II-Imóveis não edificadas:

a)até 360,00m2.....2,0%

b)acima de 360,00m2.até.1.080m2.....3,0%



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211

- 39.401.002 -

Montes Claros - MG



c) acima de 1.080,00m².....4,5%

§ 1º- Ficam reduzidas de 30%(trinta por cento) as alíquotas referidas no item II, quando o imóvel estiver em fase de construção, devidamente licenciada pela municipalidade;

§ 2º- Ficam também reduzidas as alíquotas constantes do item II deste artigo, onde inexistirem os melhoramentos previstos no art. 4º do Código do Município aqui mencionado, nas seguintes situações:

a) falta de 03(três) melhoramentos.....30%

b) falta de 02(dois) melhoramentos.....20%

c) falta de 01(um) melhoramento.....10%

§ 3º- Ficam igualmente reduzidas, conforme especificação abaixo, as alíquotas previstas nos incs. I e II, deste artigo, quando o imóvel for considerado limpo, a juízo da autoridade sanitária do município e nele existir as seguintes benfeitorias:

a)Imóvel com muro.....10%

b)Imóvel com passeio.....10%

c)Imóvel com muro e passeio.....20%

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a baixar normas relativas aos prazos de pagamento e à forma de parcelamento dos tributos municipais, bem como revogando dispositivos que atualmente legislam sobre a matéria.

Parágrafo único: Fica também o Poder Executivo autorizado a estabelecer normas para parcelamento do crédito tributário em atraso, inclusive o inscrito na dívida ativa.

Art. 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a baixar normas relativas à aplicação de multas em tributos municipais, visando reduzir as existentes.

Art. 5º - Mediante decreto, poderá o Poder Executivo reduzir as atuais alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, levando-se em consideração o princípio da capacidade contributiva e o ramo da atividade do contribuinte.



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211

- 39.401.002 -


Montes Claros - MG



Art. 6º - ~~Revogam-se~~ as disposições em contrário e especialmente os arts. 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 da Lei ... 1442/83 e alterações posteriores, e ainda as Leis nºs 2000/91 e 2002/91.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1995.

Prefeitura de Montes Claros(MG), 20 de dezembro de 1994.


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal

Stamp: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, A COMISSÃO DE EM DE DE 1994

Stamp: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, APROVADO EM DISCUSSÃO POR EM DE DE 1994, PRESIDENTE

Stamp: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, A SANÇÃO EM DE DE 1994, PRESIDENTE

Stamp: CONSULTOR JURÍDICO (Circular stamp with signature)

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Agr. e Silv.
 EM 20 DE dezembro DE 1994
 PRESIDENTE

E. Legal e Cont. Tur. ou al.

Antônio Custódio Gomes
 (Toninho da Cowan) VEREADOR

Valdo Júnior

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Finanças
 EM 27 DE dezembro DE 1994
 PRESIDENTE

Somos todos aprovados

Sebastião Pinheiro

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM UNICA DISCUSSÃO POR
 EM 27 DE dezembro DE 1994
 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 À SANÇÃO
 EM 27 DE dezembro DE 1994
 PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

EMENDAS AO PROJETO QUE ALTERA DISPOSITIVOS DO
CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL .

EMENDA UM - que seja elevada de 10 para 20% a redução prevista na alínea "a", do § 3º, do Art. 17 e de 20 para 30% a redução prevista na alínea "c" do mesmo parágrafo . "

Sala das sessões, 26 de dezembro de 1994.



Vereador Benedito Said



Câmara Municipal de Montes Claros (MG)


EMENDAS AO PROJETO QUE ALTERA DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

EMENDA UM - que se dê à alínea "c", do inciso II, do Art.17 que se pretende modificar, a seguinte redação :
"c) acima de 1.080,00 m2 até 10.000,00 m2..... 4,5% "

EMENDA DOIS - que seja inserida no mesmo inciso II, do Art. 17, a seguinte alínea :
"d) acima de 10.000,00 m2 8,0% "

Sala das sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 26 de dezembro de 1994.


Vereador Lipa Xavier

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS | |
| APROVADO EM ____ DISCUSSÃO POR | |
| EM <u>27</u> DE <u>UNICA</u> | DE 19 <u>94</u> |
|  PRESIDENTE | |



Prefeitura Municipal de M. Claros - MG

Em, 20 de dezembro de 1994

Of. N.º : 121/GP/94

Assunto : Encaminha Projeto de Lei

Serviço: Gabinete do Prefeito

Senhor Presidente,

Apraz-me submeter à apreciação de V. Exa. e dos ilustres Vereadores dessa Casa, o anexo Projeto de Lei dispondo sobre questões tributárias.

Talvez seja inédito na história administrativa de Montes Claros, seu Prefeito se diligenciar ao Poder Legislativo solicitando redução de tributos e penalidades impostos ao contribuinte.

A medida pleiteada é sobretudo justa e visa conscientizar a população ao pagamento do crédito tributário sem traumas e com a pontualidade devida. Não é boa política impor uma tributação pesada, sem contudo encontrar a disposição do povo de quitá-la com a presteza desejada.

Em princípio é possível imaginar que uma redução de tributos venha ocasionar uma sangria no caixa do erário.

Todavia há que se acreditar que o universo de liquidez dos contribuintes deverá aumentar. E com isso a receita pública municipal será compensada com o maior número de pagantes.

Por outro lado, a máquina coercitiva do fisco deverá ser acionada e implacavelmente exigir do faltoso o cumprimento da lei tão inteiramente como nela se contém, acaso houver de liberada vontade de sonegar.

Tenho certeza Senhor Presidente que o Projeto de Lei ora submetido à elevada apreciação de V. Exa. e de seus páres encontrará o respaldo necessário para a sua aprovação, visto que, visa unicamente, a instalação de uma política fiscal mais justa e coerente para com os anseios da população.

Pela legislação atual a alíquota que se aplica a um terreno não edificado é de 6% (seis por cento) de seu valor



Prefeitura Municipal de M. Claros - MG

Em,

de

de 19

Of. N.º

Assunto

Serviço

venal. Com a nova lei está sendo imprimido um novo modelo de alíquotas (progressivas). Iniciando com 2% (dois por cento) e finalizando com 4,5% (quatro e meio por cento). Será uma carga tributária menor para quem tem menos e maior para quem tem mais. Também há que se levar em consideração que uma série de benefícios é acenado para aqueles que tenham o cuidado de construir passeios e muros em seus imóveis. E ainda que preocupem em os manterem limpos e higienizados.

Com relação às multas existe um desiderato evidente de penalizar menos o contribuinte. Para tanto está sendo solicitada a redução destas, via decreto.

Outro fato importante é o desejo de reduzir as alíquotas incidentes no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS. Idêntica medida está sendo pleiteada junto ao legislativo municipal. Mediante decreto, após um minucioso estudo, grande parte das alíquotas deste tributo será reduzida, levando-se em consideração a atividade do prestador de serviços.

Finalizando Senhor Presidente, só nos resta pedir a V. Exa. o exame acurado desta matéria, dada a sua relevância, com a sua conseqüente aprovação.

Atenciosamente,

Luiz Fadeu Leite

Prefeito Municipal



Exmº Sr.

João Hamilton Silveira

MD. Presidente do Legislativo Municipal

N E S T A